



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS**  
**HUMANOS E CIDADANIA.**  
**CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS**  
**DO DISTRITO FEDERAL**



**488ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO**  
**DISTRITO FEDERAL**

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dez de janeiro de dois mil e treze, no auditório da sede da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, localizada na antiga Rodoferroviária, reuniu-se a quadringentésima octogésima oitava reunião ordinária, sob a presidência do conselheiro Mário Gil Guimarães e presentes os Conselheiros: Antônio Raimundo Negrão Costa, Aryadne Marcia Argolo Muniz, César Ricardo Rodrigues Cunha, Ten Cel Cirlândio Martins Santos, Daisy Rotávio Jansen Watanabe, Francisco Ramalho Medeiros, Isanete Soares de Oliveira, Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito, Lídia Dourado Clímaco, Lívia Márcia Faria e Silva, Luiz Alexandre Gratão Fernandes, Luiz Geraldo Matheus Figueira, Maraísa Bezerra Lessa, Ricardo Freire Vasconcelos, Julio Cezar Pimentel de Santana, Olga Maria P. Jacobina de Souza, Jurema Paulo do Nascimento. E ausentes a conselheira Maria do Socorro P. Garrido por motivo de férias e a conselheira Rosemary Soares Antunes Rainha Representante da Sociedade Civil e representada pelo seu Suplente Edilson da Silva Santos. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica em que foram abordadas, as discussões e deliberações. Dando início aos trabalhos, o Presidente declarou aberta a plenária e iniciou os trabalhos solicitando discussão e aprovação da ata da plenária do mês de novembro, enviada por email, porém com algumas sugestões de por parte da conselheira Daisy. Depois de discutido, todos os conselheiros presentes aprovaram a ata com as alterações sugeridas. Ainda o Presidente, pediu a Secretaria Executiva que procedesse à leitura da ata da plenária de dezembro. Depois de concluída a leitura, abriu para sugestões e considerações dos conselheiros. Diante de nenhum pronunciamento, o Presidente pediu aprovação da ata que foi votada e aprovada pelos conselheiros presentes por unanimidade. A Conselheira Daisy solicitou que fosse enviada a ata de dezembro que não foi disponibilizada aos conselheiros até a presente data para fins de incluírem suas considerações. Dando continuidade aos trabalhos, como primeiro item da pauta, o presidente falou de uma proposta de agenda positiva em 2013, como sendo uma atuação destacada, envolvendo todos os conselheiros objetivando saírem a campo com a missão de explicitar quem é o CONEN e sua participação na sociedade do Distrito Federal, seja nas comunidades terapêuticas, seja nos Centros de Atenção Psicossocial em álcool e drogas – CAPS AD seja como representantes deste conselho em eventos públicos, e também nas entidades governamentais e não governamentais que tratem da temática, e que de alguma maneira estejam envolvidas com a execução de Política Distrital sobre Drogas. Neste contexto, o Presidente já propõe um planejamento de ação para o período do carnaval. Solicitou a participação de todos e pediu sugestões. Conselheira Livia sugeriu a inclusão de locuções nos locais de eventos com propagandas de prevenção e divulgação do CONEN e a distribuição de materiais impressos. Sugeriu ainda que o CONEN envie um ofício para ser entregue direto ao secretário de sua pasta e que ela mesma irá acompanhar. Conselheira Isanete complementou a idéia e sugeriu que cada representante de cada órgão governamental seja o multiplicador das ações do CONEN, deu como exemplo a ação que a Secretaria de Saúde faz, em especial neste período de carnaval, que é a distribuição de material de prevenção, como por exemplo, preservativos; falou sobre a existência de um déficit de interação do CONEN com o próprio governo e citou a ausência da secretaria da juventude e da criança e do adolescente. A Conselheira Daisy interviu para reiterar que a ata da última plenária seja enviada para todos os conselheiros para fins de inclusão de considerações; sugeriu que o CONEN envie a todas as secretarias solicitando esclarecimento das ações que estão previstas para esse período festivo. E ainda, que seja enviada ao conselheiro representante da pasta qual a data do envio para que possa ser feito um acompanhamento. Conselheira Olga sugeriu que as





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS**  
**HUMANOS E CIDADANIA.**

**CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS**  
**DO DISTRITO FEDERAL**



secretarias sejam provocadas sobre suas ações na temática, independente dos eventos festivos, para participação do CONEN em conjunto com elas. O Conselheiro Ramalho falou que considera que as secretarias não reconhecem o CONEN e que deveriam integrar mais com este conselho; Pediu para registrar a sua sugestão de que o documento enviado às secretarias questione os programas que lá estão sendo desenvolvidos para a temática. Sugeriu ainda, que nas ações de destaque propostas pelo Presidente sejam incluídas visitas às instituições particulares que atendem dependentes químicos. Presidente reforçou sua fala inicial lembrando que este procedimento é para toda a rede, incluindo CRAS, CREAS, CAS e outras instituições particulares ou não. Ainda o Presidente, informou que ficou deliberado o envio de documentos a todas as secretarias e que todos os conselheiros estarão cientes para o acompanhamento. Ainda neste contexto, a conselheira Maraisa sugeriu a distribuição de matéria de divulgação com a marca CONEN, como por exemplo, leque de carnaval, camisetas e um bloco de carnaval do CONEN; Ratificou a fala do Conselheiro Ramalho na questão do envolvimento do CONEN com as ações de governo, deu como exemplo as ações definidas do Comitê de Enfrentamento ao Crack que devem ser apresentadas a este colegiado, seja pelo presidente ou pela Secretaria Executiva. A Conselheira Lidia falou sobre as ações da Secretaria de Transporte e também do DETRAN, como por exemplo, as blitzs educativas, e sugeriu uma participação em conjunto para divulgação do CONEN. A Conselheira Jurema lembrou que já existe o Bloco de Carnaval da Saúde Mental, ou seja, dos CAPS, e que o CONEN pode participar. Conselheiro Edilson sugeriu um planejamento estratégico para que as ações do CONEN sejam preparadas a tempo de uma boa participação. Sugeriu um slogan “pule o carnaval limpo” assinado pelo CONEN. O convidado da Subsecretaria de política sobre drogas, o Dr Leonardo Moreira, observou que as universidades estão pontuando ações sobre as políticas de drogas, e alertou que devemos ter cuidado de como vamos agir, ou seja, a efetividade desta ação e a relação com o risco de não ter eficiência e cometer um gasto desnecessário. Ainda o Dr. Leonardo, informou que existem estudos iniciados pelo Departamento de Cultura da UNB, que servem para avaliar os impactos da efetividade destes tipos de trabalho em eventos e que podem ser usado como parâmetros para planejamentos de ações futuras do conselho. Conselheira Isanete entrevistou pedindo para registrar da necessidade deste CONEN em realizar convênios com as faculdades, órgãos ou outras secretarias e que busque estagiários ou profissionais na área de saúde e de Psicologia para que venham a contribuir com este conselho e pediu para incluir como pauta para a próxima plenária. Conselheira Livia sugeriu a possibilidade de inserção de entrevistas ou propagandas de prevenção na Rádio Cultura, e colocou-se a disposição para fazer esse trabalho. O Presidente pediu para ela planejar esta ação. O Vice Presidente ratificou a questão do planejamento estratégico para os eventos futuros do CONEN. Pediu a intervenção do Presidente para que a Subsecretaria ou algum outro órgão do GDF possa auxiliar este planejamento. O Presidente enfatizou sobre a composição deste conselho, dizendo que já existe aqui um grupo com total competência para elaboração deste planejamento. A Conselheira Maraisa alertou para o cuidado com o tipo de mensagem que o CONEN vai passar. Pensou numa ideia de redução de danos, ou uma mensagem positiva, de alegria, que é possível pular o carnaval sem o uso de drogas. Passando para o segundo item da pauta, o Presidente sugeriu a criação do grupo de trabalho para normatizar e direcionar os procedimentos dos conselheiros em todas as condutas operacionais por ocasião da atuação institucional de um ou mais conselheiros em suas atribuições regimentais, devendo resultar na elaboração, discussão, aprovação e publicação de uma resolução que venha atender ao Princípio da Celeridade Procedimental e Processual, que defina prazos de atuação dos conselheiros e as respectivas responsabilidades. O Presidente deliberou pela publicação de um grupo de trabalho, com prazo determinado, para elaboração desta norma interna. O Presidente aproveitou para informar sobre





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS**  
**HUMANOS E CIDADANIA.**

**CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS**  
**DO DISTRITO FEDERAL**



procedimento de encaminhamento de processos que serão feitos, sempre que houver necessidade, entre uma plenária e outra, exatamente para dar celeridade aos pleitos processuais instalados perante este conselho. Conselheira Isanete alertou para o procedimento de elaboração de planejamento estratégico ou de elaboração de resoluções, e sugeriu um procedimento operacional padrão que é um tipo de ferramenta ágil que oferece qualidade de atuação. Conselheiro Ramalho entrevistou questionando sobre a composição do grupo de trabalho de uma reunião em novembro, discutido na plenária de dezembro, para debater sobre a interação entre os CAPS AD e as comunidades terapêuticas e que até hoje não viu o andamento dos procedimentos. Conselheira Jurema informou que o Diretor de Saúde Mental, Dr. Augusto Cesar, entrou de férias e por isso ainda não teve andamento; Ainda informou a conselheira, que as reformas dos CAPS também contribuíram para o atraso de instauração do procedimento. O Presidente lembrou que esta publicação tem que vir da Secretaria de Saúde e que já informou do grupo de trabalho. Conselheiro Negrão sugeriu o procedimento de designação de dois conselheiros para cada processo, como funcionava antes, que diminui a possibilidade de conflitos de agendas dos conselheiros e agiliza o processo. Conselheiro Ricardo sugeriu a permanência do procedimento atual, com comissões compostas por três conselheiros, e alegou que cada conselheiro tem uma visão técnica e saberes diferentes, o que melhora na avaliação. Conselheiro Figueira concordou com a manutenção de três conselheiros, principalmente nos casos em que ocorra a ausência de um deles. Colocado em discussão, foi deliberado pela permanência do procedimento atual de designação de, no mínimo, três conselheiros para composição de comissões de avaliação e elaboração de pareceres de processos. Dando continuidade da pauta, o Presidente falou que está na pauta de discussão e aprovação na Câmara Legislativa a previsão orçamentária de dois milhões e quinhentos mil reais destinados ao Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD, e que após aprovado, será apresentado para este conselho. Salientou dos projetos que estão aguardando estes recursos, como por exemplo, de auxílio investimento e custeio e de subvenção social. Informou que existem três milhões de reais que estão sendo tramitados para o FUNPAD para o pagamento de 250 vagas nas comunidades terapêuticas em 2013 e, por fim, o Presidente pediu para constar em ata o registro de que informou que todos esses projetos são submetidos ao parecer da Procuradoria do Distrito Federal. Conselheiro Ramalho pediu para constar em ata o registro de sua solicitação de um relatório por escrito dos valores e o prazo para apresentação deste relatório. A Conselheira Maraisa falou sobre a importância deste acompanhamento e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para acompanhamento e divulgação e também para diminuir o acúmulo de trabalho do presidente. Passando a pauta, o Presidente abriu para relatórios e pareceres. A Conselheira Laura apresentou o relatório de retorno a Comunidade Terapêutica **AMAI**, depois de lido em plenária, encerrou com parecer conclusivo de alteração do registro precário para o definitivo, ou seja, de três anos, em face da instituição ter atendido as exigências solicitadas pelos conselheiros deste CONEN. Após debates, o parecer foi aprovado por unanimidade. A conselheira devolveu o processo a Secretaria Executiva para realização dos procedimentos de praxe. A Conselheira Daisy fez a leitura do relatório de retorno ao Instituto **Bom Samaritano – Comunidade Terapêutica MAANAIM**, conforme deliberação da plenária de dezembro/2012, e, após algumas fundamentações, ofereceu parecer de negativa de concessão de registros. O Conselheiro Ramalho sugeriu que seja oficializada esta negativa a comunidade terapêutica, porém informando da possibilidade de concessão do registro no futuro, caso sejam atendidas as exigências formalizadas. A Conselheira Isanete fez a leitura do relatório da Comunidade Terapêutica **Mar Vermelho** e que, após algumas fundamentações, ofereceu o parecer de concessão do registro precário, mas condicionado antes ao retorno à comunidade em trinta dias para verificação de algumas exigências feitas, caso atendidas, seria então concedido o registro na





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS**  
**HUMANOS E CIDADANIA.**

**CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS**  
**DO DISTRITO FEDERAL**



modalidade proposto; Após debates, os conselheiros aprovaram o relatório. Conselheira devolveu o processo à secretaria executiva para realização dos procedimentos de praxe. Conselheira Livia fez a leitura do relatório de concessão de registro a Comunidade Terapêutica **Leão de Judá**, que depois de concluído e fundamentado, sugeriu retorno em 90 (noventa) dias para verificação das modificações sugeridas em reformas feitas na instituição, e somente após esta nova visita, seria feita a análise de concessão ou não do registro. Após debates, todos os conselheiros presentes aprovaram o relatório. Conselheira Livia devolveu o processo a secretaria executiva para realização dos procedimentos de praxe; Ainda a conselheira Livia, fez a leitura do relatório de concessão de registro a Comunidade Terapêutica **Abba Pai**, que após fundamentado, teve como parecer conclusivo a sugestão de registro precário, ou seja, de um ano. Após debates, os conselheiros presentes aprovaram o relatório por unanimidade. O Presidente abriu para o relatório das Câmaras Técnicas. Conselheiro Pimentel fez a leitura da quarta ata da Câmara Técnica de Prevenção e sinalizou algumas providências a serem adotadas pela secretaria executiva do conselho, como por exemplo, oficial todas as secretarias de ações sobre a temática; publicar as atas da Câmara Técnica; agendar visitas aos CAPS e Comunidades Terapêuticas em destaque de atuação na Temática, e outras sugestões que estarão constando no relatório a ser entregue posteriormente a secretaria executiva. A Conselheira Livia solicitou a esta Secretaria Executiva tramitar os processos de avaliação de cartilha de orientação às comunidades terapêuticas e da cartilha de prevenção do uso de drogas para a nova coordenadora da Câmara Técnica de Educação, a conselheira Isanete. Dando continuidade a pauta, o Presidente destacou em assuntos gerais a publicação no site da SEJUS do calendário de plenárias deste conselho, e também da criação da página do Facebook do CONEN, deixando livre para qualquer conselheiro publicar nesta página informações sobre a temática. A Conselheira Aryadne informou que o grupo de trabalho do processo de verificação de venda de produtos por comunidades terapêuticas, sugeriu o encaminhamento do referido processo à Câmara Técnica de Tratamento, e por isso e em face de algumas discussões, pediu para constar em ata sobre a reunião que acontecerá quinta feira, dia 17. Conselheira Isanete solicitou aprovação deste conselho para alteração da data da plenária do mês abril, justificando que estará fora do país a serviço, e por isso gostaria de sugerir alteração da data para o dia 03 de abril. O presidente consultou o colegiado, onde foi aprovada a alteração de data por unanimidade. O Conselheiro Pimentel chamou a atenção para a situação de discussão de temas na plenária deste conselho que não são submetidas à votação. Presidente interviu informando que todos os conselheiros podem solicitar uma questão de ordem para que a votação aconteça, e reforçou seu pedido de ajuda ao conselheiro Pimentel caso aconteça situação parecida. O Presidente informou que foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, no dia anterior a esta plenária, ato do Governador designando uma nova representante da sociedade civil no lugar da conselheira Rosemary Rainha. Após debates o presidente informou que o Governador tem essa prerrogativa de designação, conforme resolução deste próprio conselho (Resolução 01/2011, DODF 174), e dirigiu a palavra ao conselheiro Edilson sugerindo que ele faça uma leitura da publicação no Diário Oficial. Assim, por tudo isso dito e nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinquenta e quatro minutos, foi dada por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alexandre Rocha de Matos, redigi, lavrei e datei a presente ata, que após lida, vai assinada por mim e pelo presidente Sr. Mario Gil Guimarães.

**MARIO GIL GUIMARÃES**  
Presidente

**ALEXANDRE ROCHA DE MATOS**  
Secretário Executivo

